

Leis causais empíricas na Segunda Analogia e a suposta dependência de uma “harmonia pré-estabelecida”

[Empirical causal laws in the Second Analogy and the alleged dependence on a “pre-established harmony”]

Fernando Sposito Yokoyama*

Universidade de São Paulo (São Paulo, SP, Brasil)

1. Introdução

É possível identificar na literatura secundária duas linhas interpretativas conflitantes acerca dos objetivos e dos resultados da Segunda Analogia da Experiência da *Crítica da Razão Pura*¹. Seguindo a sugestão de Henry Allison, elas serão referidas aqui como interpretação “fraca” e interpretação “forte” (Allison, 1983, pp. 230-1). Seguindo uma interpretação “forte”, ao ter provado que nossa experiência de eventos pressupõe a aplicação do conceito de causalidade, Kant teria provado que tais eventos estão necessariamente subsumidos sob leis causais empíricas particulares. Em contrapartida, segundo uma interpretação “fraca”, o argumento de Kant teria provado apenas que os eventos de que temos experiência estão determinados por *alguma* causa. Porém, dessa prova não se seguiria que esses eventos estão subsumidos sob leis causais particulares e nem que experiências futuras devam ser semelhantes a experiências passadas.

Neste trabalho, pretendo defender uma interpretação da Segunda Analogia que estará, em muitos aspectos, próxima da interpretação “fraca”, tal como esta foi esboçada acima. Essa defesa, porém, não será realizada sem que sejam feitas algumas importantes concessões aos críticos dessa interpretação. Como procurarei mostrar, tais concessões

* O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico), Brasil, e-mail: fernando_sy89@hotmail.com

¹ A *Crítica da Razão Pura* será referida pela abreviatura “Krv” e as letras “A” e “B” indicam a paginação das edições originais. A *Crítica da Faculdade do juízo* será referida pela abreviatura “KU”, sendo que as letras “AA” indicam a referência à paginação da Akademie-Ausgabe. As traduções utilizadas destas obras estão indicadas nas Referências Bibliográficas. A tradução das citações de comentadores de língua inglesa são de nossa autoria.

procurarão desenvolver certas ideias que aparecem em versões mais recentes que Henry Allison, um proponente da interpretação “fraca”, deu à sua leitura da Segunda Analogia.

O que haverá, porém, de característico na abordagem deste trabalho é o fato de que nossa interpretação da Segunda Analogia será apresentada explicitamente como uma resposta a alguns textos de Paul Guyer e Kenneth Westphal, segundo os quais certas teses defendidas na Analítica Transcendental dependem da pressuposição de uma “harmonia pré-estabelecida” entre nossas formas *a priori* de síntese e o curso *a posteriori* da natureza. Primeiro, explicaremos em que consiste essa suposta dependência e por que ela deve ser recusada. Em seguida, defenderemos que o único modo de evitá-la é através de uma interpretação da Segunda Analogia que, em muitos aspectos, pode ser classificada como uma interpretação “fraca”. Isso nos levará a reconhecer que muito do que supostamente teria sido provado na Segunda Analogia depende, na verdade, de um apelo aos chamados princípios regulativos.

2. Harmonia pré-estabelecida na Analítica Transcendental

O objetivo desta seção será explicar em que consiste aquilo que estamos denominando uma “harmonia pré-estabelecida”. Para isso, será necessário extrapolar os limites da Segunda Analogia e discutir questões mais gerais referentes ao capítulo da “Dedução Transcendental dos Conceitos Puros do Entendimento”.

Em seu *Kant and the Claims of Knowledge*, Guyer defende que a Dedução Transcendental, em ambas as suas versões, contém diversas linhas de argumentação relativamente independentes uma das outras. (Cf. Guyer, 1987, pp. 85-6). Sem entrar nos méritos desta afirmação, uma dessas linhas de argumentação parece dominar a avaliação que Guyer faz de algumas das teses centrais da primeira *Crítica*. Segundo Guyer, Kant partiria da premissa de que o sujeito cognoscente tem uma certeza *a priori* de que todos os seus estados mentais devem necessariamente poder ser representados como estados de um eu idêntico (ibid., p. 135). O próximo passo seria então argumentar que essa posse coletiva de representações pressupõe uma *síntese* destas últimas (ibid. idem). Com isso, ficaria estabelecido o chamado princípio da unidade sintética da apercepção. Partindo da necessidade de que a auto-atribuição de estados mentais por parte de uma consciência única seja possível, Kant concluiria que a síntese de representações da qual essa auto-atribuição depende deve também ser necessariamente possível, independentemente do conteúdo particular das representações sintetizadas. Em outras palavras,

tratar-se-ia de uma síntese transcendental *a priori*, que, enquanto tal, deve ser guiada por regras igualmente *a priori* (ibid., idem). Tais regras seriam justamente as categorias, de modo que Kant, a partir deste argumento, teria provado a validade objetiva destas enquanto condições necessárias da identidade da autoconsciência².

Ao longo de todo o seu livro, Guyer observa que uma linha de argumentação desse tipo está relacionada com a tese kantiana de que os objetos de cognição são *constituídos* por meio de regras *a priori* de síntese *impostas* ao múltiplo sensível. Se tenho uma “certeza *a priori*” acerca da identidade da autoconsciência com relação às minhas diversas representações, então devo ter uma certeza *a priori* de que deve existir uma conformidade entre, de um lado, as regras de síntese que tornam a apercepção possível e, do outro, as representações a serem sintetizadas, qualquer que seja o conteúdo particular destas últimas. Mas isso, por sua vez, só pode estar garantido se as condições que possibilitam a autoconsciência puderem ser *impostas* sobre estas representações, independentemente de seu conteúdo particular (cf. ibid., p. 55). Sendo os objetos de cognição concebidos como o produto da aplicação de regras *a priori impostas* a um “material maleável ou amórfico” (ibid., idem), temos assim a tese de que tais objetos, e a natureza de modo geral, são *constituídos* pelo sujeito cognoscente.

A crítica de Guyer, nesta obra, se limita a apontar que o argumento de Kant exclui, injustificadamente, a alternativa de que a necessidade de que o múltiplo sensível se conforme às condições da unidade da autoconsciência seja apenas uma *necessidade condicional*. Isto é, diríamos apenas que, necessariamente, a unidade da apercepção é possível *apenas se* os objetos da experiência, *por uma questão de fato*, se conformarem às condições requeridas pela unidade da autoconsciência (cf. ibid., idem). Segundo Guyer, essa necessidade condicional, que deixaria a conformidade dos aparecimentos às nossas formas de síntese como algo *contingente*, é o máximo que Kant poderia julgar ter estabelecido (cf. ibid., pp. 379-383). Nesse modelo, as propriedades e relações entre objetos que possibilitam sua unificação em uma autoconsciência não seriam o resultado de regras *impostas* pela mente, mas, sim, propriedades e relações que vigoram entre os objetos independentemente do sujeito. Esse modelo é o que Guyer denominará “harmonia pré-estabelecida” em seu trabalho mais recente, que examinaremos agora.

² Como exemplo de passagens que indicam a presença dessa linha argumentativa, Guyer cita *Krv*, A 116-18 e *Krv*, B 134.

O termo “harmonia pré-estabelecida” é retirado de uma passagem de Hume que trata da nossa crença em relações necessárias entre eventos tomados como causa e efeito um do outro (cf. Guyer, 2008, p. 92). De modo breve, a harmonia pré-estabelecida a que Hume se refere, talvez ironicamente, diria respeito à coincidência entre os mecanismos psicológicos da mente que produzem crenças em relações causais e a regularidade dos fenômenos que vierem a ser observados (cf. *ibid.*, *idem*).

Porém, sendo o conceito de causa, para Kant, um dos conceitos puros do entendimento, Kant não poderia ficar satisfeito com o modelo humeano. Como bem observa Guyer, esse modelo tornaria “a correspondência entre o nosso modo causal de conceber a natureza e o próprio curso da natureza contingente, e não necessária” (*ibid.*, p. 96). Isso porque nada garantiria que as regularidades observadas até aqui continuem a ser observadas, e nem mesmo que qualquer tipo de regularidade venha a ser a ser observada no futuro. A solução de Kant estaria, então, em sua concepção acerca da relação entre os objetos de cognição e o sujeito: a mente *impõe* ao múltiplo da sensibilidade os conceitos *a priori* que ela requer para tornar possível a unidade da consciência. Sendo os objetos de cognição nada mais que o produto dessa “imposição”, eles, necessariamente, estarão subsumidos sob os conceitos de causa e efeito. Por conseguinte, longe de depender de uma “harmonia pré-estabelecida” contingente entre nossas formas de síntese e o curso *a posteriori* de uma natureza independente do sujeito, a conformidade da natureza às nossas formas de síntese estaria garantida a princípio.

Guyer apresenta então a seguinte crítica à teoria de Kant (*ibid.*, pp. 104-7). O modelo segundo o qual a mente *impõe* suas formas de síntese aos aparecimentos estaria essencialmente ligado ao idealismo transcendental, e tem, na Estética Transcendental, sua contraparte na doutrina de que o espaço e o tempo são formas puras da intuição que a mente “*impõe*” aos aparecimentos dos objetos. Contudo, diz Guyer, Kant deixa claro que o idealismo transcendental diz respeito apenas à *forma* dos objetos, enquanto que a *existência* destes de modo algum dependeria do sujeito (*ibid.*, p. 106). Porém, relações causais particulares entre eventos dizem respeito justamente à existência dos objetos (cf. *Krv*, A160/ B199, A 178, B 220). Penso que o ponto central da crítica de Guyer pode então ser caracterizado da seguinte maneira: pelos próprios princípios do idealismo transcendental segundo os quais o sujeito é responsável apenas pela *forma* dos objetos, leis causais particulares, cuja existência não depende do sujeito, não podem ser *impostas* aos aparecimentos. Por conseguinte, mesmo admitindo que causa e efeito são conceitos *a priori*, con-

tinuariamos na dependência de uma “harmonia pré-estabelecida” entre esses conceitos e o curso da natureza, no que diz respeito aos seus elementos dados *a posteriori*. Vemos então que, enquanto em 1987 a crítica de Guyer se limitava a apontar que tal modelo seria tudo o que Kant estaria *justificado* a propor, sua crítica agora é a de que este é o único modelo *coerente* com o idealismo transcendental.

Uma crítica nessa mesma direção é apresentada por Kenneth Westphal, dirigida, porém, à noção mais geral de “afinidade transcendental”. De maneira breve, podemos entender a afinidade transcendental como uma ordenação que a síntese transcendental da imaginação, guiada pelas categorias, introduz no múltiplo sensível de modo que sua apreensão possa se conformar às condições da unidade da autoconsciência. Na Dedução A, Kant deixa claro que a afinidade é um produto da atividade espontânea do sujeito, caracterizando-a como uma *consequência* necessária da síntese da imaginação, e dizendo que ela apenas pode ser encontrada no princípio de unidade da apercepção (*Krv* A 123).

Contudo, diz Westphal (2004, pp. 110-1), é central para o idealismo transcendental a ideia de que a *matéria* dos aparecimentos seja dada *a posteriori* e tenha uma fonte independente do sujeito. Do contrário, o idealismo de Kant seria um “idealismo irrestrito” no qual o sujeito seria responsável por todos os aspectos de sua experiência. A crítica de Westphal se concentra então na ideia de que a noção de “afinidade transcendental”, por implicar, segundo Westphal, em certas regularidades que devem existir entre os fenômenos para que eles sejam associáveis entre si, só pode dizer respeito a certas características específicas do *conteúdo* desses fenômenos. Portanto, exigir que a afinidade seja um produto de atividades *subjetivas*, como quer Kant, seria o mesmo que fazer com que o sujeito seja responsável por gerar não apenas a forma, mas também parte da *matéria* da experiência (Westphal, 2004, p. 112-3).

Essa consequência, porém, seria inaceitável. Para não sermos levados a um idealismo irrestrito segundo o qual o sujeito é responsável por todos os aspectos de sua experiência, devemos, segundo Westphal, abandonar a ideia de que a afinidade dos aparecimentos seja *construída* por operações subjetivas. Tais operações poderiam apenas *reconstruir* uma ordem que de algum modo *já* estaria presente naquilo que *dado* na sensibilidade: “Eu sustento que, pelos próprios princípios de Kant, a afinidade transcendental do múltiplo da intuição sensível pode apenas ser *reconstruída*, mas não *construída*, pela síntese intelectual do entendimento” (ibid., p. 91). Assim como Guyer, Westphal conclui que isso tornaria a necessidade da conformidade dos aparecimentos às nossas formas de síntese uma necessidade *condicional* (ibid. p. 115). E, embora Westphal

não utilize explicitamente o termo, cairíamos assim na dependência de uma “harmonia pré-estabelecida”, tal como explicada acima: a unidade da apercepção dependeria de uma correspondência *contingente* entre nossas formas de síntese e a ordenação dos fenômenos que nos são dados *a posteriori*, sendo que essa ordenação não poderia ser *garantida, gerada, ou imposta* pelo sujeito (cf. *ibid.*, *idem*).

Que avaliação prévia podemos fazer das críticas apresentadas? Um estudo detalhado da estrutura do argumento da Dedução Transcendental extrapolaria os limites deste trabalho. Contudo, penso ser possível afirmar que este argumento envolve, como diz Guyer, o apelo a uma certa independência da possibilidade da autoconsciência com respeito ao conteúdo particular das representações sintetizadas. Isso pode ser observado, por exemplo, em A 121-2, onde Kant parece rejeitar que a possibilidade de que os fenômenos satisfaçam as condições necessárias da unidade da consciência dependa de fatores *contingentes*. Kant recusa essa contingência com base na afirmação de que, no caso de minhas percepções não serem associáveis, “muitas consciências empíricas se encontrariam no meu espírito, mas separadas e sem que pertencessem a uma consciência única de mim próprio, o que é impossível” (*KrV*, A 122). Diante desse cenário, que, nas palavras de Kant, seria “impossível”, é apresentada, logo em seguida, a afinidade dos fenômenos como uma “consequência” da síntese da imaginação fundada em regras *a priori*. Segundo penso, o papel desta síntese seria justamente *impor* ao múltiplo sensível uma ordenação de modo a eliminar a *contingência* em sua associabilidade e, assim, garantir a possibilidade de sua unificação na consciência³.

Além disso, a ideia de que o papel das sínteses do entendimento seria apenas o de *reconstruir* uma ordem de alguma maneira já presente no múltiplo empírico parece ir contra diversas passagens e ideias centrais da primeira *Crítica*. Como exemplos, podemos mencionar passagens em que Kant escreve que a afinidade é uma *consequência* da síntese da imaginação (*KrV*, A 123) e que ela tem sua sede no entendimento (*KrV*, A 766/ B 794), quando ele afirma que nós é que introduzimos nos fenômenos a ordem e regularidade que chamamos de natureza (*Krv*, A 125) e quando ele nega explicitamente um modelo muito semelhante ao que viemos caracterizando como “harmonia pré-estabelecida” (*KrV*, B 167-8; cf. Guyer, 2008, p. 95-6). Por fim, a ideia de que o papel do entendimento seria apenas o de *reconstruir* uma ordem *dada* parece ir contra os princípios básicos da chamada “Revolução Copernicana”, segundo os

³ Para uma análise detalhada desta passagem, cf. FAGGION, 2007, pp. 210-2.

quais os objetos devem se *conformar* aos nossos conceitos (*KrV*, B XVII)⁴.

Dito isso, nossa tarefa passa a ser então apontar um caminho para preservar a ideia de que a ordenação dos aparecimentos seja algo *imposto*, ou, *gerado* por atividades de síntese *subjetivas*, sem, com isso, cairmos em um “idealismo irrestrito” segundo o qual o sujeito seria responsável também pela *matéria* de suas representações.

3. A leitura “fraca” da Segunda Analogia e seus problemas

Tendo a Dedução Transcendental estabelecido que as categorias são condições necessárias da experiência (e da autoconsciência), nos capítulos dedicados ao Esquematismo Transcendental e aos Princípios do Entendimento são examinadas as condições de aplicabilidade de cada categoria em particular. Contudo, embora boa parte dos problemas examinados até aqui digam respeito à aplicação das categorias tomadas de modo geral, nossa resposta a eles se concentrará nos conceitos de causa e efeito. Em parte, porque um exame de cada categoria em separado ultrapassaria os limites e a intenção deste trabalho. Fora isso, porém, me parece que essas são as categorias mais problemáticas no que diz respeito ao nosso tema. Isso porque o princípio de causalidade é comumente associado com a ideia de uma uniformidade da natureza e com a garantia de que haja uma regularidade entre os cursos da experiência passada e futura. Sendo assim, se for possível mostrar que a aplicação do esquema de causalidade, no contexto Analítica Transcendental, não depende de uma suposta “harmonia pré-estabelecida” entre nossas formas *a priori* de síntese e o curso *a posteriori* da natureza, teremos dado um importante passo em direção a uma resposta aos ataques de Guyer e Westphal.

Embora o argumento da Segunda Analogia envolva outros pontos talvez tão controversos quanto aqueles que se relacionam diretamente com o tema deste trabalho, não é nosso objetivo aqui oferecer uma reconstrução pormenorizada deste argumento, mas apenas apresentar as noções essenciais para a discussão dos problemas que viemos examinando. A Segunda Analogia gira em torno da distinção, por parte do sujeito cognoscente, entre uma sucessão de estados de um objeto e

⁴ É verdade que, mesmo aceitando o modelo de uma “harmonia pré-estabelecida”, ainda haveria sentido em dizer que os objetos são *construídos* pelo sujeito: diríamos, por exemplo, que o diverso dado na sensibilidade, por si mesmo disperso, só adquire uma unidade por sínteses subjetivas. De todo modo, creio que a admissão desse modelo, por pressupor uma boa dose de constância e regularidade no diverso *dado a posteriori*, nos obrigaria, ao menos, a relativizar a ideia de um entendimento legislador (cf. *KrV*, A 127), que introduz, ele próprio, a “afinidade” dos fenômenos e a cujos conceitos *a priori* os objetos de cognição devem se *conformar*.

uma sucessão meramente subjetiva de percepções. Por “sucessão de estados de um objeto” entendemos, como é explicado na Primeira Analogia, uma alteração de estados de uma substância. O objetivo da Segunda Analogia será, então, investigar o que está envolvido na representação dessas alterações, às quais também nos referimos como “eventos”.

Para Kant, a possibilidade da distinção entre uma sucessão de estados de um objeto, isto é, um evento, e uma sucessão subjetiva de percepções se mostra problemática pelo fato de nossa apreensão dos fenômenos ser sempre sucessiva *em ambos os casos* (*KrV*, A 189/ B 234). Essa dificuldade é ilustrada pelos exemplos da percepção das partes de uma casa e da percepção de um barco que se desloca no curso do rio: *tanto em um caso como no outro* minha apreensão contém uma representação que se segue de outra. Contudo, no caso do barco, eu digo que ocorreu uma sucessão de estados no *próprio* barco, enquanto que, no caso da casa, eu digo que à sucessão de percepções de suas partes não corresponde nenhuma sucessão em qualquer objeto fora do meu sentido interno. Como se dá essa distinção?

Analisando o que há de *específico* na apreensão de uma sucessão *objetiva* entre dois estados A e B, Kant afirma que nesse tipo de apreensão eu “observo” que “B só pode suceder A na apreensão, enquanto que a percepção A não pode seguir-se a B, mas apenas precedê-la” (*KrV*, A 192/ B 237). Em outras palavras, quando apreendo uma sucessão objetiva estou consciente dela como *irreversível*. Essa irreversibilidade é o que está ausente no caso da percepção da casa, pois, embora a percepção de seu lado direito tenha sido seguida da percepção de seu lado esquerdo, por exemplo, estou consciente de que essa sucessão de representações *poderia* ter ocorrido na ordem inversa.

Contudo, como observa Longuenesse (1998, p. 162), a tese de Kant não é a de que estamos, primeiramente, conscientes de uma irreversibilidade na apreensão para, a partir daí, *concluirmos* que se trata da apreensão de uma sucessão objetiva. Antes, ao analisar o que está envolvido nesta última, Kant está identificando a “irreversibilidade” como sua característica essencial para, então, explicar o que torna possível esse tipo de apreensão. E é aqui que tais condições são localizadas na aplicação do esquema da causalidade. Segundo Kant, uma sucessão temporal de representações é tomada como irreversível quando ela é pensada como determinada por uma regra (*KrV*, A 193/ B 238; cf. Faggion, 2012, p. 391). Uma vez que, para Kant, dizer que uma sucessão temporal está determinada por uma regra é o mesmo que dizer que ela é causalmente determinada, então, ao ter sido provado que a representação de uma su-

cessão objetiva pressupõe que essa sucessão seja pensada como determinada por uma regra, teria sido provado que toda sucessão objetiva de estados tem uma causa⁵ (cf. *KrV*, A 202/ B 247).

Admitindo que Kant teria provado que todos os eventos são causalmente determinados, Allison, na edição de 1983 de seu *Kant's Transcendental Idealism*, passa a investigar o que o argumento da Segunda Analogia requer que nós assumamos acerca da conexão entre um evento e sua causa (Allison, 1983, pp. 228-232). Das possíveis alternativas que ele distingue, as que nos interessam são aquelas às quais ele se refere como interpretações “forte” e “fraca”. Segundo uma interpretação “forte”, a conformidade a regras às quais os eventos estariam submetidos em virtude do esquema de causalidade seria entendida da seguinte maneira: para todo objeto x que passa do estado A em t^1 para B em t^2 , deve haver alguma “condição iniciante” (a causa da alteração) de modo que, sendo dada essa condição, “estados *do tipo A* serão necessariamente seguidos por estados *do tipo B* em todos os objetos *do tipo x*” (ibid., p. 230). Em outras palavras, a Segunda Analogia teria provado que todos os eventos estão subsumidos sob leis causais empíricas que cobrem, não objetos e eventos singulares, mas *tipos de objetos* e *tipos de eventos*. Deste modo, para todo evento haveria uma lei causal que determina que *todos* os objetos que caem sob um determinado tipo x deverão, ao longo do curso da experiência, se comportar em conformidade a essa lei, ou seja, necessariamente alterar-se de um determinado estado A para um determinado estado B dada uma determinada condição iniciante C . A Segunda Analogia teria estabelecido, portanto, um princípio de “uniformidade da natureza” (cf. ibid. p. 228).

Contra essa interpretação, Allison propõe uma interpretação “fraca” da Segunda Analogia, segundo a qual esta não teria a intenção de provar (e nem poderia provar) que a representação de sucessões objetivas pressupõe que elas estejam subsumidas sob leis causais empíricas particulares, entendidas da maneira esboçada acima (ibid., p. 231). Tudo o que seria pressuposto na representação de uma sucessão objetiva de A em t^1 e B em t^2 , segundo Allison, é que “haja alguma condição antecedente (presumivelmente aproximadamente contemporânea com x estando no estado A em t^1), que, sendo dada, o estado B necessariamente se

⁵ Embora o ponto não possa ser suficientemente explorado, vemos que estamos assumindo neste trabalho que Kant não se comprometeu com o modelo implausível segundo o qual, em toda sucessão objetiva de estados, o estado anterior seria, ele próprio, causa do estado posterior. Como observa Faggion (2012, pp. 393-4), embora algumas formulações de Kant sugiram o contrário (cf. *KrV*, B 234), outras deixam claro que modelo causal paradigmático da Segunda analogia é aquele em que a própria passagem do estado anterior para o posterior é entendida como o efeito, sendo a causa aquilo que a produziu (cf., por exemplo, *KrV*, A 193/ B 238-9).

segue em t^2 para esse x particular” (ibid. idem). O ponto crucial aqui é a especificação de que a regra causal em questão diz respeito, não a *tipos de objetos*, mas apenas a *um objeto particular*. Como Allison observa logo em seguida, suposições adicionais acerca de *outros objetos do tipo x* não seriam requeridas nem estariam autorizadas. Em outras palavras, a representação de uma sucessão objetiva de estados de um objeto do tipo x não pressuporia nenhuma lei causal que cobre *todos os objetos do tipo x* . Note-se que Allison não está dizendo apenas que essa representação não requer que nós sejamos capazes de *descobrir* a lei causal relevante. Para Allison, isso poderia ser admitido mesmo por aqueles que defendem aquilo que ele está caracterizando como uma interpretação “forte” (cf. ibid., p. 230). A tese de Allison é a de que, pelo argumento da Segunda Analogia, a representação de uma sucessão de estados de um objeto do tipo x não implicaria nem exigiria, sequer, a *existência* de qualquer lei causal empírica particular acerca de objetos do tipo x .

Todavia, esse tipo de interpretação foi criticada por um número considerável de intérpretes. Segundo penso, o núcleo dessas críticas consiste em apontar para o próprio modo como Kant concebe o conceito de causa e seu esquema. Vimos que a Segunda Analogia teria estabelecido que a representação de uma sucessão objetiva requer que esta seja julgada como determinada por regra. Contudo, as diversas formulações que Kant dá a esta tese mostram que se trata aqui de uma regra *universal*. Por exemplo: “(...) o que sucede ou acontece deve seguir-se, segundo uma regra universal, ao que estava contido no estado anterior” (*Krv*, A 200, B 245). A mesma ideia aparece nessa formulação, onde a universalidade da regra é indicada pela presença da palavra “sempre”: “(...) o que em geral precede um acontecimento deverá incluir a condição para uma regra, segundo a qual este acontecimento sucede sempre e de maneira necessária” (*Krv*, A 193/ B 238-9). Já em *Krv* B 5, Kant afirma que, se pretendêssemos derivar o conceito de causa de uma “associação freqüente”, como Hume fez, ele se perderia, tendo em vista que o conceito de causa contém “o conceito de uma ligação necessária com um efeito e uma rigorosa universalidade da regra”. Friedman chama atenção para passagens como essas e conclui que, para Kant, se dizemos que *A* causa *B*, “deve haver uma lei ou regularidade em virtude da qual todos eventos da mesma espécie [*kind*] de *A* são seguidos por ou resultam em eventos da mesma espécie de *B*” (Friedman, 1992, p. 170). Portanto, deveríamos rejeitar a ideia de que o esquema de causalidade possa ser aplicado a objetos e eventos *particulares*, e não a *tipos* de objetos e de eventos: “Claramente, apenas tipos ou espécies de eventos podem seguir-se de outro *sempre* – isto é, universalmente” (ibid., p. 192, n. 4).

Nessa mesma direção, Faggion chama atenção para o modo como Kant expressa a fórmula do esquema de causalidade (Faggion, 2007, p. 288). A formulação do esquema é: “(...) o real que, uma vez posto arbitrariamente, sempre é seguido de outra coisa” (*Krv*, A 144, B 184). Nas palavras de Faggion, “este esquema fala já da repetição desta conjunção [entre uma causa e uma alteração] (‘sempre’), e não de um caso singular” (Faggion, 2007, p. 288). Faggion insiste então na necessidade de que juízos hipotéticos que expressam o esquema da causalidade sejam formulados com o quantificador universal, e não singular⁶. Comentando a passagem de Allison examinada acima, onde ele explica o que estaria envolvido na representação de uma sucessão de estados A-B, Faggion sugere a seguinte formulação para o modo como Allison entende conexões causais na Segunda Analogia: “para algum x que penso sob S, se P, então A em t¹ e B em t²” (ibid. p. 286). Contra este uso do quantificador singular, Faggion defende que o esquema de causalidade necessita a seguinte fórmula: “para (todo) S, se P, então A em t¹ e B em t²” (ibid., idem). Segundo essa fórmula, o esquema de causalidade seria aplicado, não a um x particular, mas a *todo* objeto que cai sob um conceito S. Portanto, o juízo que expressasse essa aplicação diria que *todo* objeto S, dada a condição P, alterar-se-á igualmente do estado A para o estado B (cf. ibid., 291).

A mesma ênfase na forma lógica requerida pelo esquema da causalidade pode ser observada na leitura de Longuenesse. Investigando em que consiste a “rigorosa universalidade da regra” à qual Kant se refere em *Krv* B 5, Longuenesse conclui que se trata da universalidade de um juízo hipotético (Longuenesse, 2005, pp. 150-1). Deste modo, pensar uma relação causal entre o sol atingindo uma pedra particular e esta pedra aquecendo seria o mesmo que pensar nas proposições “esta pedra é atingida pelo sol” e “esta pedra está aquecendo” como, respectivamente, uma instância do antecedente e uma instância do consequente do juízo “todas as pedras, se atingidas pelo sol, aquecem” (ibid., 155). Isso, porém, não implicaria que tal representação exige que eu conheça qual é a causa específica da sucessão. Adaptando uma formulação de Longuenesse, poderia ocorrer de eu representar o aquecimento da pedra como uma

⁶ Na verdade, mais do que apelar à formulação que Kant dá ao esquema de causalidade, a principal justificativa de Faggion para a necessidade de se utilizar o quantificador universal está em sua análise da noção de substância entendida como “conceito recíproco a x”. De modo geral, o argumento é o de que o esquema de causalidade não poderia ser aplicado a um objeto x particular, como quer Allison, mas a *todo* objeto que cai sob o “conceito recíproco” com esse x (cf. ibid., 288-292). Esta linha de argumentação não será apresentada em detalhes aqui. Todavia, a interpretação “fraca” da Segunda Analogia que será apresentada na seção 4 deste trabalho procurará levar em conta e evitar esse tipo de objeção.

sucessão objetiva sem conhecer a causa desta, de modo que na minha mente se passaria apenas algo do tipo: Toda pedra, se sujeita às condições XYZ, aquece; esta pedra está submetida às condições XYZ; portanto, esta pedra aqueceu (cf. *ibid.* p. 166). Como Longuenesse afirma em outro momento, a descoberta de quais são as condições XYZ só pode ser feita empiricamente, e a “marca sensível” pela qual elas são reconhecidas é uma “conjunção constante” (*ibid.*, pp. 58-9). Ou seja, se eu observo uma conjunção constante entre o sol batendo em pedras e pedras sendo aquecidas, posso ser levado a formular a lei causal empírica: “Toda pedra, se atingida pelo sol, aquece”. Por dependerem de fatores empíricos, eu sempre posso estar enganado nas formulações de leis desse tipo. Contudo, Longuenesse, ainda assim, atribui a Kant a tese “ontológica (transcendental)” (*ibid.*, p. 145) de que “no mundo dos aparecimentos, todas mudanças de estados caem sob leis causais estritamente universais” (*ibid.*, *idem*)⁷.

Parece, portanto, que somos levados a concluir que, ao ter provado que todo evento é causalmente determinado, Kant teria provado que a natureza é governada por leis causais empíricas, isto é, leis que valem para totalidades de objetos refletidos sob conceitos empíricos aos quais o esquema de causalidade é aplicado. Em outras palavras, podemos dizer, utilizando a fórmula de Beck, que, ao ter provado o princípio “todo-evento-alguma-causa” enquanto condição necessária para a representação de sucessões objetivas, Kant teria, com isso, provado o princípio “mesmas-causas-mesmos-efeitos” (cf. Beck, 1978, p. 120). Pois a causa P de uma sucessão A em t^1 e B em t^2 , sendo A e B estados de um objeto S, deve produzir este mesmo efeito para todas as instâncias de S. Ou seja, deve haver, no curso da experiência, uma regularidade e repetibilidade entre instâncias de S sujeitas à condição P e a alteração dessas instâncias de S do estado A para o estado B. Examinemos então de que maneira essas conclusões afetam os problemas apresentados na seção 2 deste trabalho.

⁷ O argumento de Longuenesse é, na verdade, mais complexo, e envolve o apelo à tese da Estética Transcendental acerca da nossa intuição pura do tempo (cf. *ibid.*, 172-7). Este argumento não será discutido aqui, mas penso que, por razões que serão apresentadas na seção 4 (cf., especialmente, pp. 75 e 78-79 abaixo), ele não poderia garantir a existência de leis causais empíricas, ao menos não da maneira como Longuenesse parece conceber essas leis.

4. A admissão da possibilidade de “leis causais instantâneas” tendo em vista os elementos materiais e *a posteriori* da experiência.

Embora não tenhamos examinado satisfatoriamente a estrutura do argumento da Dedução Transcendental, assumimos acima que este argumento envolve a ideia de que a possibilidade de aplicação das categorias possui uma certa independência com relação ao conteúdo particular das representações às quais elas são aplicadas. Porém, essa independência parece ser incompatível com a ideia de que a categoria de causalidade implica em conjunções necessárias entre eventos de um mesmo tipo. Isso porque, pela doutrina do idealismo transcendental, tais conjunções devem depender de elementos que estariam, por assim dizer, fora do controle do sujeito cognoscente. É sabido que esse idealismo afirma que o sujeito é responsável somente pelos aspectos *formais* de sua experiência, sejam eles a forma espaço-temporal da intuição ou as formas de combinação do múltiplo sensível. No entanto, que haja uma conjunção constante entre eventos de um mesmo tipo depende, não apenas da forma, mas também da *matéria* dos aparecimentos, entendida como aquilo que corresponde à *sensação* (cf. *KrV* A 20/B 34). Pois, que o contato entre a luz do sol e a pedra, por exemplo, seja sucedido pelo aquecimento desta última, é algo que não depende *exclusivamente* da estrutura cognitiva do sujeito, mas também de fatores empíricos; por conseguinte, que a conjunção de eventos desse mesmo tipo continue a se repetir no futuro tampouco poderá depender exclusivamente do sujeito. Sendo assim, parece que a aplicação da categoria de causalidade ao múltiplo sensível dependeria de uma “harmonia pré-estabelecida” entre nossas formas *a priori* de síntese e uma regularidade entre certos “padrões de sensações”. Esta regularidade precisaria ser tal que: aquilo que é dado *a posteriori* na sensibilidade deve permitir que, no final do processo de síntese e de reflexão sob conceitos, o princípio “mesmas-causas-mesmos-efeitos” se mostre verdadeiro.

Segundo penso, a única solução possível para este problema está em, por assim dizer, “enfraquecer” o princípio de causalidade provado na Segunda Analogia de modo que se possa justificadamente dizer que ele diz respeito exclusivamente à *forma* da experiência. Isso seria equivalente a defender uma interpretação segundo a qual os resultados da Segunda Analogia teriam provado apenas algo que, na prática, coincidiria com os resultados de uma interpretação “fraca”, tal como esta foi caracterizada acima. Ao mesmo tempo, porém, essa interpretação terá que fazer justiça à “rigorosa universalidade da regra” que Kant afirma estar contida no conceito de causa.

Na verdade, creio que uma interpretação nessa direção foi sugerida pelo próprio Allison, em resposta às objeções de Friedman. No artigo “Causalidade e lei causal em Kant: uma crítica de Michael Friedman”, publicado pela primeira vez em 1994, Allison reconhece, ao contrário do que fez em 1983, que o conceito de causalidade envolve o pensamento de *tipos* de eventos, e não de eventos singulares. Disso se seguiria que a aplicação deste conceito pressupõe a existência de leis causais empíricas, pois dizer que A é a causa de B seria o mesmo que afirmar a lei causal universal: todos os eventos do tipo A são necessariamente seguidos de eventos do tipo B (Allison, 1996, pp. 85-6; cf. também Allison, 2012, p. 168, n. 15). No entanto, Allison prossegue com esta ressalva:

O problema básico é simplesmente o de que, do fato de que leis causais afirmam conexões entre tipos de eventos, o que eu tomo como incontroverso, não se segue que deva haver mais do que uma única instância de cada tipo. Afinal, a rigorosa universalidade e necessidade do princípio de que eventos do tipo A são sucedidos por eventos do tipo B não é enfraquecida por um cenário no qual há apenas um evento de cada tipo. Em suma, de tudo o que pode ser inferido do conceito de causalidade, permanece aberta a possibilidade de que não haja nada mais do que aquilo que se poderia chamar “leis instantâneas”, isto é, leis com apenas uma única instância (Allison, 1996, p. 86).

Infelizmente, Allison não oferece uma caracterização mais precisa acerca do que estaria envolvido nessas “leis instantâneas”, cuja possibilidade, segundo ele, a Segunda Analogia teria deixado em aberto. No que se segue, nosso objetivo será apontar um caminho para essa caracterização. Nossa ideia central será apresentar a possibilidade de que não haja nada mais do que “leis instantâneas” como uma consequência inevitável da tese de que os elementos materiais e *a posteriori* da experiência não são produzidos pelas estruturas cognitivas do sujeito.

Para tanto, adotaremos como ponto de partida a análise que Faggon faz acerca de um exemplo através do qual Allison, ainda na edição de 1983 de seu *Kant’s Transcendental Idealism*, pretende mostrar a possibilidade de sequências objetivas que não estariam conforme a leis universais. O exemplo apresenta o caso de Jones, que é percebido em t^1 em estado de embriaguez exultante e em t^2 é observado desmaiar (cf. Allison, 1983, p. 231). A princípio, isso seria considerado como uma sucessão conforme a uma lei empírica com respeito aos efeitos do álcool. No entanto, suponhamos que depois é descoberto que o desmaio foi devido a uma droga que Jones havia tomado horas antes do evento, e não devido à quantidade de álcool que ele ingeriu. Allison conclui que: “Neste caso o estado perceptual antecedente, bebedeira em t^1 , não está em nenhum tipo

de conexão causal ou conforme a leis com o evento” (ibid., idem; tradução de Faggion). Isso, segundo Allison, seria um exemplo de uma “sequência contingente”, isto é, uma sequência que não está conforme a leis (ibid., idem).

Sem a intenção de analisar em detalhes os possíveis méritos deste argumento, examinemos a interpretação e a resposta que Faggion dá a ele. Faggion observa que, neste exemplo, um evento posterior (desmaio) é conectado com um evento anterior (embriaguez) (Faggion, 2007, p. 284). Contudo, a causa do evento posterior não seria a embriaguez, mas, sim, a atuação da droga no organismo. Disso supostamente se segue que a relação entre o evento antecedente e o conseqüente seria contingente (ibid., idem). Com efeito, não diríamos que “todo ser humano, se ingerir determinada droga, passará do estado de embriaguez em t^1 para o estado de desmaio em t^2 ”, mas sim que “todo ser humano, se ingerir determinada droga, passará *seja* do estado de embriaguez em t^1 , *seja* do estado não-embriaguez em t^1 , para o estado de desmaio em t^2 ”⁸. Teríamos, assim, uma sucessão não conforme a leis.

Contra essa “contingência” supostamente presente na sucessão, Faggion objeta que o exemplo simplesmente apresenta um caso em que, para explicar a sucessão de estados, precisamos de, ao menos, duas condições a serem adicionadas, e não apenas uma: “(...) diríamos que (ainda simplificando) “todo S (ser humano), se a (beber) e b (ingerir outra determinada droga), apresentará o estado A (embriaguez) em t^1 e o estado B (desmaio) em t^2 ” (ibid., pp. 284-5). Em nota, Faggion acrescenta que isso se trata apenas de uma simplificação, pois haveriam ainda outras condições a serem adicionadas para explicar a sucessão de estados: “o peso do corpo da pessoa, seus hábitos, sua condição de saúde, o horário da ingestão de cada substância, a quantidade das mesmas, etc.” (ibid., p. 285, n. 184). Em suma, a ideia é a de que a adição de novas condições para a explicação da sucessão seria suficiente para eliminar o que Allison identificou como uma “contingência” deixada em aberto pela aplicação da categoria de causalidade.

Tendo certamente a concordar com a resposta de Faggion a Allison neste caso específico. No entanto, meu principal interesse nessa discussão está em analisar a ideia, que me parece implícita na proposta de Faggion, de que a adição de um número suficiente de condições às regras que explicam sucessões de estados bastaria para fixar regras universais que cobririam totalidades de objetos e eventos pensados sob determina-

⁸ Cf. ibid. idem. Foram dadas a estas regras formulações ligeiramente diferentes das de Faggion, mas, espero, fiéis à intenção original.

dos tipos. Nossa tese central será a de que, se quisermos ser coerentes com a ideia de que a aplicação das categorias determina apenas a *forma*, e não a *matéria*, dos aparecimentos, a *existência* dessas regras universais não pode ser garantida pelo argumento da Segunda Analogia, a não ser em um sentido muito trivial, a saber: se admitirmos que esse argumento deixa em aberto a possibilidade de existirem meramente “leis causais instantâneas”.

Para formular nossa análise, proponho que simplifiquemos o exemplo anterior e examinemos a possibilidade de se formular uma lei empírica com respeito apenas aos efeitos do álcool, sem menção à droga adicional. Suponhamos que percebemos uma sucessão em que um indivíduo passa do estado A em t^1 (não-embriaguez) para o estado B (embriaguez) em t^2 . Como diz o argumento da Segunda Analogia, essa percepção exige a pressuposição de uma regra. Contudo, vimos que Longuenesse observa, a meu ver corretamente, que esse argumento não exige que eu possa especificar essa regra⁹, de modo que tudo o que se passaria na minha mente seria algo do tipo: “Todo S (ser humano), se submetido às condições XYZ, passará do estado A (não-embriaguez) para o estado B (embriaguez); este S está submetido às condições XYZ; portanto este S passou do estado A em t^1 para o estado B em t^2 ” (cf. Longuenesse, 2005, p. 166). Mais uma vez apoiados em Longuenesse, diríamos que, tal como é indicado pelo esquema de causalidade, “a marca sensível pela qual reconhecemos a existência de uma conexão causal é a conjunção constante entre eventos ou estados de coisas similares” (ibid., p. 59). Suponhamos que a experiência nos proporcionou um bom número dessas conjunções, de modo que podemos agora especificar as condições XYZ. Seguindo a sugestão de Faggion, entre elas estariam uma determinada quantidade mínima de álcool ingerido (C1), determinados hábitos das pessoas que foram vistas passando ao estado de embriaguez (C2), uma determinada faixa de peso (C3) e de horário da ingestão (C4), e mais uma série de outros fatores (Cn). Nesse caso, poderíamos formular a seguinte lei causal empírica: “Para todo S, se submetido às condições C1, C2, C3, C4...Cn, então passará do estado A para o estado B”.

Contudo, teríamos alguma garantia, dentro da doutrina do idealismo transcendental, de que, no futuro, eventos do tipo “S submetido às condições C1, C2, C3, C3,...Cn” deverão *sempre* estar acompanhados de eventos do tipo “S se alterando do estado A para o estado B”? Posto de outro modo, nossas *formas a priori* de síntese e de intuição podem ga-

⁹ Cf., por exemplo, *Krv* A 198-9/ B 243. Para uma defesa dessa posição, contra a leitura de Guyer, que defende o oposto, cf. Longuenesse, 1998, p. 366, n. 74 e ibid., 2005, p. 167, n. 32.

rantir que, no futuro, se eu observar um S submetido às condições C_1, \dots, C_n , eu *sempre* irei em seguida observá-lo passando do estado A para o estado B? Penso que a resposta para essa questão só pode ser negativa, pois, por serem eventos empíricos, sua *existência* depende dos elementos *materiais a posteriori* da experiência. Ou seja, tais eventos não podem ser *gerados* pelas operações cognitivas do sujeito, entre as quais está incluída, inclusive, a aplicação da categoria de causalidade. Sendo assim, os elementos formais das nossas faculdades de cognição dos quais se ocupam a Estética e a Analítica Transcendental não podem excluir a possibilidade de que, no futuro, todas as condições C_1, \dots, C_n sejam atendidas e, no entanto, um S não se altere do estado A para o estado B. A não ser, é claro, que apelemos a uma “harmonia pré-estabelecida” entre esses elementos formais *a priori* e os elementos materiais *a posteriori* da experiência, mas essa é justamente a alternativa que estamos tentando evitar.

No caso de nossa lei empírica falhar, a resposta imediata talvez seria a de que ela estava incompleta. Talvez houvesse outras condições C que estavam presentes nos casos observados anteriormente e que estão ausentes no (s) caso (s) em que a lei falhou. Penso, no entanto, que não há nenhuma garantia de que devam necessariamente *existir* tais condições, e nem que, caso elas existam, casos futuros não venham a falsificar nossa lei empírica reformulada. Tendo em vista a total contingência que é própria dos elementos materiais *a posteriori* da experiência, o argumento da Segunda Analogia, não pode garantir que devam *existir* um número m de condições C que satisfaçam os seguintes requisitos: a) para *cada um* dos casos em que um objeto S (ser humano) se altera do estado A (não-embriaguez) para o estado B (embriaguez) as condições C_m estão presentes; b) não há *nenhum* caso em que as condições C_m sejam adicionadas a um objeto S e esse objeto não se altere do estado A para o estado B.

E, a partir dessas considerações, sugiro então que não se pode excluir a hipótese de que, no que diz respeito às alterações que *normalmente* caracterizamos como uma passagem ao estado de embriaguez, só podemos ter, na verdade, uma diversidade de “leis instantâneas”. Nesse cenário, não poderia haver *uma* lei “Para todo S, se submetido às condições C_m , então A-B”. Na nossa hipótese, a única formulação empiricamente correta das leis que regulam as alterações que *normalmente* caracterizaríamos como uma passagem ao estado de embriaguez teria que conter uma diversidade de leis que valem para *cada uma* dessas alterações em particular: “Para todo S, se submetido às condições C_m^* , então A^*-B^* ”, “Para todo S, se submetido às condições C_n^{**} , então $A^{**}-$

B***”, “Para todo S, se submetido às condições Co***, então A***-B***”, etc.¹⁰ Se essas leis pudessem ser formuladas, o feixe de condições que compõem cada Cm*, Cn**, etc., deveria ser tal que apenas *um único objeto pensado sob o conceito S* poderia satisfazer cada uma dessas condições. Assim, ao invés de mencionarmos, por exemplo, “uma determinada faixa de peso”, falaríamos de propriedades muito mais específicas do organismo; ao invés de mencionarmos “uma determinada faixa de horário”, falaríamos de uma ocasião específica; ao invés de mencionarmos “determinados hábitos”, falaríamos de hábitos muito mais pessoais; e mais uma possível infinidade de condições que só possam vir a ser satisfeitas por um objeto singular. Considerações semelhantes seriam feitas para alterações “A*-A*”, “A***-B***”, etc. Nesse caso, não falaríamos da “passagem da não-embriaguez para a embriaguez”, mas teríamos uma infinidade de diferentes tipos de alterações de consciência. Certamente, dependendo de como essas condições e alterações fossem formuladas, elas, ainda assim, poderiam ser satisfeitas por mais de um indivíduo. Nesse caso, talvez a única alternativa seria fazer com que elas envolvessem, implícita ou explicitamente, coordenadas espaço-temporais¹¹. Aliás, em um momento, Faggion parece admitir algo nessa direção. Ao longo de sua crítica ao uso que Allison faz do quantificador singular para expressar o esquema da causalidade, Faggion afirma que: “A única maneira kantiana de adicionar uma condição ao indivíduo (...) seria adicioná-la à localização espaço-temporal do objeto, pois são as formas da sensibilidade que individualizam objetos em Kant” (Faggion, 2007, p. 292). Teríamos então algo como “tudo que ocupasse o tempo *tx* no lugar *ly*, dada a condição P, passaria do estado A para o estado B” (ibid., idem). Minha observação quanto a esse ponto consiste em enfatizar que, se levarmos até as últimas conseqüências a ideia de que o esquema de causalidade determina apenas a *forma* da experiência, teríamos que concluir que ele não pode eliminar a possibilidade de que existam apenas leis desse tipo.

Por quê? Pois, na nossa hipótese, se quiséssemos introduzir uma certa indeterminação nas condições Cn**, por exemplo, de modo que elas pudessem ser aplicadas a um maior número de instâncias de S, poderia, sim, ocorrer de, diante dessa aplicação, certas instâncias de S efetivamente sofrerem a alteração A***-B***; porém, na nossa hipótese, essa mesma indeterminação faria com que *outra(s)* instância(s) de S satisfi-

¹⁰ Utilizo as diferentes letras “m”, “n”, “o” para indicar que o *número* de condições pode variar em cada caso.

¹¹ Incluir uma “ocasião específica” entre as condições da regra, como fizemos acima, talvez já seja um exemplo de uma maneira de fazer isso.

zesse(m) as condições Cn^{**} *sem que*, no entanto, isso seja sucedido pela alteração dessa(s) instância(s) de S do estado A^{**} para o estado B^{**} . Isso, por si só, falsificaria a lei “Para todo S^{**} , se submetido às condições Cn^{**} , então $A^{**}-B^{**}$ ”¹². E é por isso que, nesse cenário, cuja possibilidade penso não poder ser excluída pelo argumento da Segunda Analogia, a única formulação empiricamente correta das leis que regulam as alterações que normalmente caracterizaríamos como uma passagem ao estado de embriaguez teria que consistir em diversas “leis causais instantâneas” que cobririam, cada uma delas, cada uma dessas alterações em particular. O mesmo vale para quaisquer outras regras que *normalmente* caracterizaríamos como leis causais empíricas.

Contudo, “leis causais” desse tipo jamais poderiam ser formuladas enquanto tais (cf. Allison, 2012, p. 168, n. 15). Vimos que a “marca sensível” pela qual identificamos conexões causais é a conjunção constante entre eventos similares. No entanto, “leis instantâneas”, por definição, não podem se manifestar através de uma conjunção constante de eventos e, portanto, não poderiam jamais ser formuladas. Aliás, para Kant, se o uso de nossas faculdades cognitivas não pudesse nos oferecer mais do que um cenário como esse, talvez não poderíamos sequer formar conceitos empíricos (cf. *Krv*, A653-4/ B 681-2). Nossa intenção com esses exemplos foi apenas propor um exercício de pensamento para imaginar o quão restrito *poderia* ser o escopo de leis causais acerca de estados que *normalmente* caracterizaríamos como “embriaguez” *se* essas leis pudessem ser formuladas¹³. Na seção seguinte, examinaremos brevemente o que mais, segundo Kant, seria necessário para a formulação de leis e conceitos empíricos.

¹² Por exemplo, na nossa hipótese, se Cn^{**} fosse formulado de tal modo que nossa lei cobrisse as alterações A^{**} em t^1 e B em t^2 , para uma instância de S, e A^{**} em t^3 e B^{**} em t^4 , para uma outra instância, haveria, no intervalo temporal entre essas duas alterações, uma terceira instância de S submetida às condições Cn^{**} que *não* se alteraria de A^{**} para B^{**} .

¹³ Que tenha se tratado só de um exercício de pensamento também se mostra pelo fato de que, nos nossos exemplos, assumimos de maneira não problemática a posse de um conceito empírico determinado de “ser humano” como o sujeito das alterações. De todo modo, nosso ponto é o de que, sejam quais forem os conceitos que utilizemos, o problema da ausência de uma garantia acerca da uniformidade do curso *a posteriori* da experiência permaneceria o mesmo.

5. O papel dos princípios regulativos frente ao que não é determinado pelos princípios *a priori* da Analítica Transcendental

À limitação que atribuímos ao alcance do argumento da Segunda Analogia corresponderá uma determinada avaliação acerca do papel que Kant atribui aos “princípios de unidade sistemática” na *Crítica da Razão Pura* e ao princípio de conformidade a fins na *Crítica da Faculdade do Juízo*. Não será nosso objetivo, porém, examinar detalhadamente o que está envolvido nesses princípios. Limitando-nos ao princípio de conformidade a fins da terceira *Crítica*, nossa intenção será apenas indicar em que medida esse princípio se relaciona com o nosso tema. Nossa interpretação se apoiará na exposição de Allison, o que é bastante compreensível, tendo em vista que nós aparentemente concordamos a respeito do que a Segunda Analogia de fato teria provado *a priori* acerca das leis da natureza.

Na Introdução (publicada) da *Crítica da Faculdade do Juízo*, Kant escreve:

Na verdade é perfeitamente possível pensar que, independentemente de toda uniformidade das coisas da natureza segundo leis universais (...) a diversidade específica das leis empíricas da natureza, com os respectivos efeitos poderia ser, no entanto, tão grande que seria impossível para nosso entendimento descobrir nela uma ordem suscetível de ser compreendida, dividir os seus produtos em gêneros e espécies para utilizar os princípios de explicação e compreensão de um também para a explicação e conceitualização do outro e constituir uma experiência articulada a partir de uma matéria [*Stoff*] para nós tão confusa (no fundo, uma matéria infinitamente múltipla que não se adéqua à nossa faculdade de apreensão). (*KU*, AA 05: 185)

De modo breve, pode-se dizer que Kant está afirmando que as “leis universais” prescritas pelas categorias por si só não garantem que a natureza, em seu nível empírico, apresente uma ordem adequada às capacidades do entendimento humano. Isso, afirma Allison, está diretamente ligado ao fato, sobre o qual viemos insistindo, de que as regras *a priori* da Analítica Transcendental determinam exclusivamente a *forma* da experiência: “Enquanto “formais”, estas regras servem apenas para prevenir certos cenários (logicamente) possíveis, como mudanças que não são alterações de substâncias permanentes ou alterações sem causas” (Allison, 2012, p. 167). Tais cenários constituem o que Allison, em outro artigo, denomina “caos transcendental” (ibid. p. 184). Porém, por deter-

minarem apenas a forma da experiência, os princípios da Analítica não podem eliminar a possibilidade de um “caos empírico” (ibid., p. 185). Em linha com o que viemos insistindo, Allison diz que essa modalidade de “caos” não pode ser eliminada por conta da natureza discursiva do entendimento humano, para o qual os particulares *dados* na sensibilidade não são *produtos* desse entendimento (ibid., idem).

Seria totalmente injustificado afirmar que, quando Kant fala, por exemplo, da possível grande diversidade específica das leis empíricas da natureza com os respectivos efeitos, ele tenha em mente a possibilidade de “leis instantâneas”, tais como estas foram caracterizadas acima. No entanto, se nossa análise anterior estiver correta, o argumento da Segunda Analogia não teria provado que devam necessariamente *existir* mais do que leis desse tipo. Sendo assim, se quisermos lidar com o problema da possibilidade de um cenário “empiricamente caótico” governado apenas ou, ao menos, em grande parte por “leis instantâneas”, seria necessário recorrer a outro tipo de princípios, isto é, princípios que não se restrinjam aos elementos *formais* da experiência. Ora, os princípios de unidade sistemática, que não iremos examinar aqui, e de conformidade a fins parecem aptos a exercer justamente esse tipo de função, tendo em vista seu caráter *regulativo*, em oposição ao caráter *constitutivo* dos princípios da Analítica. Sem ignorar as possíveis diferenças entre esses dois princípios regulativos, pode-se dizer, de modo geral, que ambos nos exigem *pressupor* que o múltiplo da experiência, *mesmo no seu nível empírico*, possui uma ordenação adequada às nossas faculdades cognitivas¹⁴. Note-se que não se trata aqui de *constituir* uma tal ordenação da natureza em seu nível empírico da mesma maneira que os princípios da Analítica constituem a forma da experiência. Isso, como sabemos, não seria possível. Sendo eles princípios regulativos, trata-se apenas de *pressupor* uma tal ordenação, sendo essa pressuposição uma condição necessária para a formulação de leis e conceitos empíricos.

¹⁴ Em seu artigo “The *Critique of Judgment* a “True Apology” to Leibniz”, Allison caracteriza a “conformidade a fins” como uma “harmonia pré-estabelecida entre a ordem da natureza e nossas capacidades cognitivas” (Allison, 2012, p. 194). Porém, cumpre notar que, nesse contexto, a noção de “harmonia pré-estabelecida” possui um sentido diferente do que vem sendo utilizado aqui, pois estamos entendendo essa noção como uma coincidência entre nossas formas *a priori* de síntese e os elementos materiais da experiência dados *independentemente do sujeito*. A conformidade a fins, por sua vez, diz respeito a uma ordem da natureza que o próprio sujeito pressupõe. Já no seu *Custom and Reason in Hume*, esta noção aparece quando Allison diz que o objetivo da Dedução Transcendental é mostrar que a conformidade da sensibilidade (presumivelmente, apenas no que diz respeito à sua *forma* espaço-temporal) às categorias não é “o resultado de uma harmonia pré-estabelecida” (cf. Allison, 2008, pp. 139-140). Esta última afirmação está em total conformidade com o que viemos defendendo neste trabalho.

Não será nosso objetivo examinar detalhadamente o que está envolvido nessa “pressuposição”. Nossa intenção será apenas seguir uma sugestão de Allison acerca do papel que o princípio de conformidade a fins desempenha em processos indutivos para, com isso, enfatizar a ideia de que os resultados limitados que atribuímos à Segunda Analogia podem apenas ser contornados por princípios regulativos, e não constitutivos.

Allison observa que, em uma nota à Introdução (não publicada) da terceira *Crítica*, Kant escreve que Linnaeus não poderia ter delineado um sistema da natureza sem a suposição de que pedras que ele chama de granito não diferem em sua “constituição interna” (ibid., p. 181; cf. AA 20: 215-16n). Segundo Allison, a suposição de Linnaeus, à qual Kant se refere, estaria, para Kant, na base de nossas práticas indutivas. A ideia seria a de que só podemos assumir que objetos com “propriedades observáveis” similares (como aquelas através das quais pedras são classificadas como granito) irão, nas palavras de Allison, se “comportar de maneira semelhante” se assumirmos que esses objetos também são similares em seu “caráter intrínseco” (cf. Allison, 2012, p. 181-2). E, embora Allison não coloque a questão exatamente dessa maneira, penso que sua ideia básica também é a de que, a partir da suposição de uma semelhança no que se refere à “constituição interna” de objetos com propriedades observáveis similares, passaríamos a inferir que tais objetos produzirão efeitos similares dadas certas condições.

Apliquemos então essas observações ao nosso exemplo da seção 4. Utilizando as noções recém introduzidas, diríamos que o argumento da Segunda Analogia não nos oferece nenhuma garantia de que bebidas que classificamos como “alcoólicas” por conta de suas “propriedades observáveis” em comum *sempre* produzirão tais e tais efeitos. Contudo, do mesmo modo que, no exemplo de Kant, assumimos que pedras classificadas como “granito” possuem uma “constituição interna” em comum, o mesmo tipo de suposição estaria atuando no caso de “bebidas alcoólicas”. Sendo assim, diante de um caso em que nossa lei acerca dos efeitos do álcool falha, somos levados a supor que alguma condição presente nos casos anteriores está ausente no caso presente. No entanto, nossa ideia central, defendida na seção 4, é precisamente a de que não temos nenhuma garantia de que devam *existir* tais condições. Em conformidade com o caráter *regulativo* do princípio de conformidade a fins, nossa confiança em sua existência se deve apenas à *pressuposição* de que a natureza tem uma ordem adequada às nossas capacidades cognitivas, sendo tal pressuposição uma condição necessária para a formulação de leis e conceitos empíricos e do próprio uso do entendimento. E é por isso que,

como observa Allison, apesar de seu caráter regulativo, Kant atribui a esse princípio um estatuto transcendental (cf. *ibid.*, p. 182-6 e *KU*, AA 05: 182).

Obviamente, a ideia aqui não seria a de assumir que *todo* objeto com “propriedades observáveis” similares possuem uma “constituição interna” em comum. Isso nos leva a outro ponto central acerca do que está envolvido na “pressuposição” prescrita pelo princípio de conformidade a fins. De modo breve, temos que *pressupor* que a natureza, em sua infinidade de leis empíricas, é constituída em um sistema hierárquico de leis, de modo que a necessidade de leis mais específicas possa ser derivada de leis mais gerais (cf. *KU*, AA 05: 180; e Faggion, 2012, pp. 405-6). Se aceitarmos, como sugere Allison, que entre essas leis mais gerais estariam leis acerca da “estrutura interna” das coisas (como, em termos modernos, falamos de leis que vigoram no nível atômico ou molecular) (cf. Allison, 2012, p. 178-9), diríamos então que a correlação entre “propriedades observáveis” e “estruturas internas” teria que ser coerente com nosso sistema de leis. Porém, se nossa análise da Segunda Analogia estiver correta, não podemos ter nenhuma garantia de que mesmo as leis mais gerais do sistema continuarão valendo, tendo em vista seu conteúdo empírico. Como observa Guyer: “(...) não há nenhuma razão óbvia pela qual o sistema inteiro de leis que vigora em um momento, ou que acreditamos vigorar, deva continuar vigorando em todo o tempo” (2008, p. 220). Aceitando a sugestão de Guyer, o que ocorre é que, por conta da sistematização pressuposta, não podemos pôr em dúvida uma lei mais específica (como, por exemplo, nossa lei acerca dos efeitos do álcool) sem, com isso, pôr em dúvida “muito mais do que nós julgamos conhecer, talvez mesmo todo o resto do nosso conhecimento da natureza” (*ibid.*, p. 221). Isso, por sua vez, é o que explicaria nossa confiança em leis causais mais específicas mesmo quando elas (aparentemente) são falsificadas pela experiência, nos levando, por exemplo, a supor que havia alguma condição presente nos casos anteriores que está ausente nos casos em que a lei falhou (cf. Allison, 2008, p. 159-160).

Com essas observações, não pretendemos, de modo algum, ter oferecido a defesa de uma interpretação satisfatória acerca do papel atribuído ao princípio de conformidade a fins na terceira *Crítica*. Como dissemos acima, nossa intenção com essa discussão foi apenas enfatizar a ideia de que os resultados limitados que atribuímos à Segunda Analogia podem apenas ser contornados por princípios regulativos, tendo em vista que essas limitações decorrem dos elementos *materiais* da experiência. Dito isso, façamos um balanço dos resultados obtidos.

Podemos dizer, por fim, que o argumento da Segunda Analogia garantiria, por si só, a *existência* de leis causais empíricas, ou que ele teria provado o princípio “mesmas-causas-mesmos-efeitos”? Em um sentido muito trivial, sim. Na caracterização de nossas “leis instantâneas” na seção 4, procuramos preservar o uso do quantificador universal e, com isso, a “rigorosa universalidade da regra” que Kant atribui ao conceito de causa. Ocorre apenas que cada uma dessas leis não poderia ser instanciada na realidade empírica por mais do que uma única sucessão de eventos. Além disso, podemos dizer que um evento do tipo “S submetido às condições Cn^{**} ”, tal como este foi caracterizado acima, jamais deixaria de ser seguido por um evento do tipo “S se alterando de A^{**} para B^{**} ”, já que cada um desses tipos de eventos teria apenas uma única instância. Contudo, ao enfatizarmos que o princípio de causalidade determina apenas a *forma* da experiência, concluímos que a Segunda Analogia não pode eliminar a possibilidade de que na natureza existam apenas leis desse tipo. Vale observar, porém, que “enfraquecer” dessa maneira o princípio de causalidade é, ao mesmo tempo, eliminar a suposta dependência entre a aplicação da categoria de causalidade e os elementos materiais da experiência. Afirmar que esse princípio pode não garantir mais do que a existência de “leis instantâneas” tem a favorável consequência de nos permitir dizer que a aplicação da categoria de causalidade não depende de uma “harmonia pré-estabelecida” ou de uma coincidência entre nossas formas *a priori* de síntese e o curso *a posteriori* da natureza, coincidência esta que permaneceria sempre contingente. A possibilidade de um “caos empírico” que a recusa de uma “harmonia pré-estabelecida” deixa em aberto seria contornada pelos princípios regulativos da razão e/ou da faculdade de julgar reflexionante, que demandam a *pressuposição* de que o múltiplo da experiência possui, em seu nível empírico, uma ordenação adequada às nossas faculdades cognitivas, sem, contudo, *constituir* tal ordenação. E é justamente por conta do caráter regulativo, e não constitutivo, desses princípios que se pode escapar à objeção de Westphal, apontada na seção 2, segundo a qual a recusa de uma “harmonia pré-estabelecida” implicaria em um idealismo irrestrito no qual o sujeito cognoscente seria responsável por gerar, inclusive, os elementos materiais de sua experiência.

6. Referências Bibliográficas

- ALLISON, H. "Causality and causal Law in Kant: A critique of Michael Friedman". *Idealism and Freedom: essays on Kant's theoretical and practical philosophy*, pp. 80-91. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- ALLISON, H. *Custom and reason in Hume: A Kantian reading of the first book of the Treatise*. Oxford, New York: Oxford University Press, 2008.
- ALLISON, H. "Is the *Critique of Judgment* "Post-Critical?". *Essays on Kant*, pp. 165-176. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- ALLISON, H. *Kant's transcendental idealism: and interpretation and defense*. New Haven and London: Yale University Press, 1983.
- ALLISON, H. "Reflective judgment and the application of logic to nature: Kant's deduction of the principle of purposiveness as an answer to Hume". *Essays on Kant*, pp. 177-188. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- ALLISON, H. "The *Critique of Judgment* as a "True Apology" for Leibniz". *Essays on Kant*, pp.189-200. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- BECK, Lewis White. "A Prussian Hume and a Scottish Kant. *Essays on Kant and Hume*, pp. 111-129. New Haven and London: Yale University Press, 1978
- FAGGION, A. Dedução Transcendental e Esquematismo Transcendental: O problema da possibilidade e da necessidade da constituição de objetos em Kant. Tese de Doutorado. UNICAMP, 2007. Versão digital em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000415265&opt=4>
- FAGGION, A. "O problema da causalidade à luz do naturalismo de Hume e do Criticismo de Kant. Joel Thiago Klein (org.). *Comentários às obras de Kant: Crítica da Razão Pura*, pp. 343-413. Florianópolis: NEFIPO, 2012.
- FRIEDMAN, M. "Causal laws anf the foundations of natural Science". Paul Guyer (org.). *The Cambridge companion to Kant*, pp. 161-199. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- GUYER, P. *Kant and the claims of Knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- GUYER, P. *Knowledge, reason and taste: Kant's response to Hume*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2008.
- KANT, I. *Crítica da Faculdade do juízo*. 2ª ed. Trad. Valerio Rohden e António Marques. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- KANT, I. *Crítica da razão pura*. 5ª ed. Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- KANT, I. *Critique of pure reason*. Trad. Paul Guyer e Allen W. Wood. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- KANT, I. *Critique of the power of judgment*. Trad. Paul Guyer and Eric Matthews. Cambridge: Cambridge University Press, 2000

- LONGUENESSE, B. *Kant and the capacity to judge: sensibility and discursivity in the transcendental analytic of the Critique of pure reason*. Trad. Charles T. Wolfe. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1998
- LONGUENESSE, B. *Kant on the human standpoint*. New York: Cambridge University Press, 2005.
- WESTPHAL, K. *Kant’s transcendental proof of realism*. New York: Cambridge University Press, 2004.

RESUMO: De acordo com o que podemos chamar de interpretação “forte” da Segunda Analogia da Experiência, o argumento de Kant estabelece a existência de leis causais empíricas que dizem respeito a totalidades de objetos e eventos que instanciam determinados tipos. Por outro lado, segundo os proponentes de uma interpretação “fraca” da Segunda Analogia, o esquema de causalidade seria aplicado apenas a objetos e eventos singulares. Este artigo irá propor uma interpretação que estará, em muitos aspectos, próxima de uma interpretação “fraca”, pois defenderemos que a Segunda Analogia não pode eliminar a possibilidade de que existam apenas o que Henry Allison denominou “leis instantâneas”. Nossa interpretação será apresentada como uma resposta aos argumentos de Paul Guyer e Kenneth Westphal, segundo os quais as teses centrais da Analítica Transcendental pressupõem uma “harmonia pré-estabelecida” entre nossas formas de síntese e os conteúdos empíricos da experiência.

Palavras-chave: Kant, idealismo transcendental, Segunda Analogia da Experiência, causalidade, leis causais empíricas

Abstract: According to what may be termed “strong” interpretation of the Second Analogy of Experience, Kant’s argument establishes the existence of empirical causal laws concerning totalities of objects and events which instantiate determinate types. On the other hand, according to the proponents of a “weak” interpretation of the Second Analogy, the schema of causality is applied only to singular objects and events. This article will propose an interpretation that will be, in many respects, close to the “weak” one, since we will argue that the Second Analogy cannot exclude the possibility that there might be nothing more than what Henry Allison has termed “instantaneous laws”. Our interpretation will be presented as a response to the arguments of Paul Guyer and Kenneth Westphal, according to which the main theses put forward in the Transcendental Analytic presuppose a “pre-established harmony” between our forms of synthesis and the empirical contents of experience.

Keywords: Kant, transcendental idealism, Second Analogy of Experience, causality, empirical causal laws

Recebido em 31/08/2015, aprovado em 13/09/2015.